

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

05.790.065/0001-00

**Nome da instituição**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**Setor**

PRESIDÊNCIA

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

BERNADETTE LYRA

**Telefone**

(81)3194-9203

**E-mail**[presidencia@tre-pe.jus.br](mailto:presidencia@tre-pe.jus.br)**Destinatário:****Nome**

Ministra Rosa Weber

**Setor**

Presidência

**Descrição do documento**

Ofício nº 5239/2023/PRES - Encaminha Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT n.º 053/2022 - Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial e um anexo.

**Anexos**

Ofício nº 5239-2023-PRES.pdf

Termo\_de\_Adesao\_ao\_Acordo\_de\_Cooperacao\_Tecnica\_53.2022\_\_\_CNJ.STJ\_.TSE\_.CJF\_.TRE\_.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
PRESIDÊNCIA**

Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE  
Telefone: (81) 3194-9200

Ofício nº 5239/2023/PRES

Recife, 31 de maio de 2023.

A Sua Excelência a Senhora  
Ministra ROSA WEBER  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

**Assunto: Encaminha Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT  
n.º 053/2022 - Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**

Senhora Presidente,

Com os cumprimentos de estilo, reporto-me ao Ofício nº 110/GP/2023 desse Conselho Nacional de Justiça para encaminhar, em anexo, o Termo de Adesão deste Regional ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ/TST/CJF/CSJT n.º 53/2022, sob a Égide do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial (2186252). O documento foi lançado em Solenidade Pública e contou com o endosso de representantes de diversos órgãos públicos e entidades estaduais atuantes no tema.

Atenciosamente,

**Des. André Guimarães**

Presidente do TRE-PE



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES, Presidente**, em 31/05/2023, às 14:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2226754** e o código CRC **8C667611**.

---

0030865-86.2022.6.17.8300

2226754v4



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT N. 053/2022**

**PROCESSO SEI N. 0030865-86.2022.6.17.8300**

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT N. 053/2022, SOB A  
ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA  
EQUIDADE RACIAL (Processo SEI CNJ n. 11253/2022).**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TRE/PE**, com sede na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n. 1160, Graças, Recife-PE, CNPJ n. 05.790.065/0001-00, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador André Oliveira da Silva Guimarães, portador da cédula de identidade n. 1521916 SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o n. 173.697.624-91, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao **Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização da Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Desembargador André Oliveira da Silva Guimarães, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção da Equidade Racial, em observância ao disposto nos artigos 3º, IV e 5º da Constituição da República, na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (promulgada pelo Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969), na Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão, na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (promulgada pelo Decreto n. 10.932, de 10 janeiro de 2022), no Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010), na Resolução CNJ n. 203, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva de vagas aos negros nos concursos públicos no Poder Judiciário, e no inciso I do art. 1º da Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário, nos seguintes eixos:



I. Promoção da equidade racial no Poder Judiciário:

I.a. fomento à representatividade racial no Judiciário;

I.b. regulamentação de Comissões de Heteroidentificação nos Tribunais;

II. Desarticulação do racismo institucional:

II.a. formação inicial e continuada de magistrados em questões raciais;

II.b. ações de prevenção e combate à discriminação racial no âmbito do Judiciário;

III. Sistematização dos dados raciais do Poder Judiciário:

III.a. aperfeiçoamento da gestão dos bancos de dados visando à devida e necessária implementação de políticas públicas judiciárias de equidade racial baseadas em evidências.

IV. Articulação interinstitucional e social para a garantia de uma cultura antirracista na atuação do Poder Judiciário:

IV.a. adoção e compartilhamento de práticas e ações voltadas à correção das desigualdades raciais, ampliando a capacidade do Poder Judiciário de diálogo com os demais órgãos do Sistema de Justiça e de interlocução com os movimentos sociais organizados.

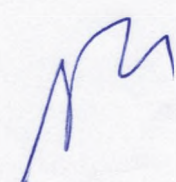
**1. ATUAÇÃO COORDENADA:** o TRE/PE, buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.

**2. GESTOR LOCAL:** indica para gestora local do presente instrumento a Desembargadora Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima, endereço eletrônico: gabjd2@tre-pe.jus.br, telefone: (81) 3194-9431, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

**3. VIGÊNCIA:** o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT n. 053/2022.

**4. RESPONSABILIDADES:**

**4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**





- 4.1.1. coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial;
- 4.1.2. promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial;
- 4.1.3. responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - Enamat, Corte Interamericana e Comissão Interamericana de Direitos Humanos para a realização de ações de capacitação destinadas a magistrados e magistradas, bem como para servidores e servidoras de tribunais;
- 4.1.4. produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;
- 4.1.5. gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;
- 4.1.6. disponibilizar aos pactuantes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto.

#### **4.2 São responsabilidades do TRE/PE:**

- 4.2.1. indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2. prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3. divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 4.2.4. viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 4.2.5. fomentar as ações objeto do plano de trabalho;
- 4.2.6. fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Equidade Racial nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;
- 4.2.7. divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

**5. PLANO DE TRABALHO:** Ao assinar este termo, o órgão aderente declara que recebeu cópia do Plano do Trabalho.

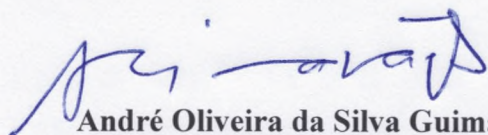


## 6. PUBLICAÇÃO:

6.1. O Conselho Nacional de Justiça publicará o extrato deste Termo no Diário Oficial da União, conforme o parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

6.2. O CNJ encaminhará cópia do extrato de publicação ao órgão aderente.

Recife, 17 de abril de 2023



André Oliveira da Silva Guimarães

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Isabela Alves  
OABPE 25836  
INSTRUMENTO GERAL

Alfonso de S. L. V. (nº 766/PA 198)  
Roberto Dorez  
Procurador Reg. Eleitoral

Ap  
Aumentação de Despesa  
M. Conceição Reis  
Vice-Presidente do TREV-PE  
Maria do Rosário Trindade dos Santos  
Patrícia Caetano - Sec. Exec. Equidade Social - Gov PE  
EJA... - Sec. geral da comissão de Igualdade Racial  
da OAB/PE

M. B. B. - MPPE - GT-Racismo  
Gueparck S. GT - Equidade Racial TJPE.

Carlos G. Rodrigues Ab. DES. ELEITORAL

Thaís Dir. Eleitoral

Rodolfo de Brito

Yammy  
CGJ-PE

Alfonso de S. L. V.  
4

Faustina J. J.  
Virgínia Jordani.

Luciana Maranhão  
Juiza de Direito - TJPE  
Mat. 176.824-7

Fernando Marques  
- RMV/PE